

Crescimento depende do crédito

Para especialistas, medidas para barrar consumo tendem a frear a economia brasileira

HG

Cláudia Dantas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enquadrou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e determinou que ele fosse a público para negar qualquer tentativa do governo de limitar o crédito. O próprio presidente fez isso pela manhã, ao garantir que a crise internacional não afetaria o Brasil já que a economia é "sólida" e há diversificação nas exportações. Especialistas temem que qualquer atitude do governo de restringir o crédito e coibir a expansão do mercado interno possa frear o crescimento.

Para o economista Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma providência nesse sentido seria equivocada. Inibiria a possibilidade de os empre-

sários brasileiros ampliarem a produtividade. Com isso, desistiriam de aumentar a capacidade instalada das fábricas.

— É um tiro no pé. Esta política macroeconómica trava a economia — observou Lessa. — Em um momento de crise mundial, o governo sinaliza para o empresariado brasileiro, que eles vão conter o crédito.

Luciana de Sá, diretora de Desenvolvimento Econômico da Federação das Indústrias do Rio (Firjan), pondera que a preocupação do governo é com a velocidade de crescimento do crédito, ou seja, com a rapidez com que o consumo tem aumentado nos últimos anos, o que poderia pressionar a inflação.

Firjan: crédito é saudável

A diretora avalia que, em uma economia estável, o alongamento dos prazos é normal e considerado

saudável. Para Luciana, seria um certo retrocesso para a evolução da economia brasileira.

— Conter o crédito não é a solução, o governo deveria reduzir o gasto público. Ou pelo menos fazê-lo parar de crescer — disse.

Uma das instituições prejudicadas com qualquer restrição ao crédito é a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio). Para a Fecomércio, coibir financiamentos para conter o ritmo inflacionário não é o caminho mais correto.

Eles reconhecem a importância em administrar a demanda por produtos antes inacessíveis e que possam comprometer a longo prazo uma parcela significativa da renda de grande parte dos brasileiros.

No entanto, a instituição afirma que qualquer medida deve levar em conta pontos de equilíbrio da oferta de crédito e o contexto econômico:

dólar, nível de endividamento, perspectivas de crescimento interno e mundial, geração de emprego e até mesmo a crise americana.

— Qualquer medida poderá provocar efeitos catastróficos, não apenas para o comércio, mas para este momento econômico favorável e tão esperado — disse o presidente da Fecomércio, Abram Szajman.

Segundo Szajman, o crédito é um combustível essencial para manter o consumo aquecido, uma vez que a renda é insuficiente para sustentá-lo. No ano passado, foi o motor do crescimento de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ernane Galvães, ex-ministro do Planejamento e atual diretor da Confederação Nacional do Comércio (CNC), apóia uma política do governo, porque o crédito já superou o limite do razoável nos últimos anos, alega. Segundo Galvães, o crédito não pode crescer

33% com uma inflação de 4%.

— A medida pode parecer heterodoxa, mas é parte regulatória e precisa ser vigiada, fiscalizada — relata o ex-ministro. — Não podemos viver um novo Proer como ocorre agora nos Estados Unidos.

O economista acha que os empresários não vão frear os investimentos, porque poderão continuar financiando projetos, por meio do BNDES, do crédito rural. Nada disso será afetado, acredita. Os setores que vão sofrer são apenas os de bens de consumo duráveis.

Felipe Cunha, analista de investimentos da Brascan Corretora, concorda. Mas lembra que o crédito para a construção civil não deverá ser prejudicado.

>> Os principais fatos da economia nacional e internacional chegam primeiro no seu celular. Envie ECO para 50015 Disponível para todas as operadoras. R\$ 0,10 por mensagem recebida